



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 19.230/2018 — PARECER — 12/04/18

Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.230/2018

PARECER

Trata-se de consulta formulada pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça
WENDELL BEETOVEN RIBEIRO AGRA para que esta Corregedoria-Geral

[...] informe, com a brevidade possível, se existe alguma orientação ou recomendação institucional, seja local ou do CNMP, aos promotores de Justiça com atribuições criminais quanto a providências a serem adotadas em cada ação penal em relação à destinação de objetos apreendidos.

Despacho de fls. 03–04 observou que, em princípio, se trata, a consulta, de questão que depende, exclusivamente, de pesquisa, ato que poderia, em tese, ser levado a cabo pelo próprio membro consultante. Além disso, tratando-se da destinação de objetos apreendidos “em cada ação penal”, anotou ser preciso observar os limites da reserva de lei, a exemplo dos procedimentos em vigor para a restituição de coisas apreendidas e as determinações legais de aproveitamento ou destruição de armas e drogas, por exemplo.

Nada obstante, com o intuito de contribuir com o desempenho das atribuições pelo membro consultante, mas considerando, por outro lado, que a Corregedoria-Geral não dispunha de acervo temático de legislação, que permitisse pronta resposta acerca do quanto indagado, determinou-se a juntada inicial de cópia dos seguintes atos:

- a) cópia da Recomendação nº 001/2018-CGMP, a qual contém itens que podem atender ao quanto solicitado;
- b) por meio de gravação em mídia, o Manual disponível em http://www.cnj.jus.br/images/corregedoria/MANUAL_DE_GESTO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 19.230/2018 — PARECER — 12/04/18

_DOS_BENS_APREENDIDOS_cd.pdf> (Manual de Bens Apreendidos expedido pelo CNJ em 2011, o qual, embora não seja destinado ao âmbito ministerial, pode servir de referência para o que pretenda o consulente);


- c) cópia da Recomendação nº 23/2014-CNMP (que recomenda a alienação cautelar dos bens apreendidos, na forma da legislação respectiva, sempre que estes estejam sujeitos a grande depreciação, bem como o depósito das importâncias em dinheiro levantadas com a alienação antecipada);
- d) cópia da Recomendação nº 35/2016-CNMP (que orienta os membros em relação aos pedidos de busca e apreensão em escritórios de advocacia);
- e) cópia da Resolução nº 20/2007 e suas alterações (Resoluções nº 65/2011, 98/2013, 113/2014 e 121/2015), todas do egrégio CNMP, que tratam do controle externo da atividade policial (havendo, por exemplo, no art. 4º, III, da Resolução nº 20/2007-CNMP a previsão de que incumbe aos órgãos do Ministério Público “fiscalizar a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e objetos apreendidos”).

Outrossim, determinou-se à Secretaria da Corregedoria-Geral solicitar aos demais Promotores Corregedores que informassem nos autos se possuem conhecimento de outras normas jurídicas que possam atender ao quanto solicitado, constando as respostas às fls. 40–42, no sentido de que não possuem outros dados a informar.

Vieram os autos conclusos nesta data.

É o que importa relatar.

Acerca do quanto consultado, consta expressamente na Recomendação nº 001/2018-CGMP, de 09/02/2018, que:

 2/4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 19.230/2018 — PARECER — 12/04/18

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE [...]

RESOLVE:

RECOMENDAR aos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que, sem prejuízo de sua independência funcional, dos direitos fundamentais dos acusados em geral e da análise das circunstâncias fáticas de cada caso concreto submetido à sua atuação funcional, e nos limites de suas atribuições:

[...]

13) sempre que houver bens apreendidos facilmente deterioráveis e sem requerimento idôneo de restituição, requeiram a aplicação do art. 120, § 5º, do CPP, segundo o qual, "tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade", com o fim de que haja leilão e depósito judicial da quantia apurada; bem como requeiram, quanto a quaisquer bens apreendidos que possuam nexo de instrumentalidade com o tráfico ilícito de drogas e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, excetuados os bens indicados pela União para uso, a alienação prevista no art. 62, §§ 4º a 9º, da Lei n. 11.343/2006;

[...]

18) quando houver prisão em flagrante em decorrência de tráfico ilícito de entorpecentes, que se requeira e fiscalize a pronta aplicação do art. 50, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.343/2006, para que, certificada a regularidade formal do laudo de constatação, seja desde logo determinada pelo juiz a destruição, pelo delegado de polícia, das drogas apreendidas, sob fiscalização do Ministério Público e da autoridade sanitária, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo;

19) requeiram a tempestiva aplicação do art. 25 da Lei n. 10.826/2003, com redação dada pela Lei nº 11.706/2008, segundo o qual "as armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei";

[...]

23) requeiram e fiscalizem a aplicação dos arts. 91 e 92 do Código Penal, quanto aos efeitos automáticos e não automáticos da sentença penal condenatória; [...].



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 19.230/2018 — PARECER — 12/04/18

Diante do exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** este Promotor Corregedor, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, pelo encaminhamento de resposta ao membro consultante no sentido de que, expressamente sobre o objeto da consulta, existem a **Recomendação nº 001/2018-CGMP/RN**, de 09/02/2018 (em seus itens 13, 18, 19 e 23) e a **Recomendação nº 23/2014-CNMP** (que recomenda a alienação cautelar dos bens apreendidos, na forma da legislação respectiva, sempre que estes estejam sujeitos a grande depreciação, bem como o depósito das importâncias em dinheiro levantadas com a alienação antecipada).

OPINA, outrossim, por que também sejam informadas ao consultante as seguintes fontes, embora não digam respeito diretamente ao quanto consultado: Recomendação nº 35/2016-CNMP (que orienta os membros em relação aos pedidos de busca e apreensão em escritórios de advocacia); Resolução nº 20/2007-CNMP e suas alterações (Resoluções nº 65/2011, 98/2013, 113/2014 e 121/2015), todas do egrégio CNMP, que tratam do controle externo da atividade policial (havendo, por exemplo, no art. 4º, III, da Resolução nº 20/2007-CNMP a previsão de que incumbe aos órgãos do Ministério Público "fiscalizar a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e objetos apreendidos"); e o Manual de Bens Apreendidos expedido pelo egrégio CNJ em 2011 (disponível em <http://www.cnj.jus.br/images/corregedoria/MANUAL_DE_GESTO_DOS_BENS_APREENDIDOS_cd.pdf>).

É o Parecer.

Encaminhem-se os autos ao Exmo. Sr. Corregedor-Geral.

Natal, 12 de abril de 2018

Promotor Corregedor



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Telefone/fax: 3232.7136 – comp@mpm.mp.br

Procedimento nº 19.230/2018

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Wendell Beethoven Ribeiro Agra

DECISÃO


Aprovo e adoto a manifestação ministerial, de fls. 43-46, da lavra do Promotor Corregedor Mac Lennon Lira dos Santos Leite, como razão de decidir.

Encaminhe-se ofício ao Promotor de Justiça interessado com cópia do parecer e da presente decisão para ciência.

Após, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Natal, 19 de abril de 2018.


ANÍSIO MARINHO NETO
Corregedor-Geral do Ministério Público